

# Livros, editoras e oposição à ditadura<sup>1</sup>

*FLAMARION MAUÉS<sup>1</sup>*

O GOLPE DE 1964 atingiu já em seus primeiros dias o setor da edição de livros, ainda que de modo pontual. No dia 3 de abril daquele ano – ou seja, apenas dois dias após o golpe que derrubou João Goulart –, a Editorial Vitória, editora vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), teve sua sede invadida e foi posta na ilegalidade. Nesse mesmo dia o escritório da Editorial Vitória em São Paulo também foi invadido pela polícia e os livros que lá estavam estocados foram apreendidos (Maués, 2013b, p.129-30).

Assim, desde seus primeiros dias, o governo militar já deixava clara a sua disposição de cercear a liberdade de expressão, não só por meio da censura à imprensa, mas também pelo controle dos mais variados meios de comunicação. E os livros – e as editoras que os editavam – não escaparam a esse cerco.

Com o AI-5, no final de 1968, as limitações à edição de livros que pudessem representar alguma forma de questionamento da ditadura tornaram-se bem mais fortes, ou seja, a censura passou a ser uma presença constante no meio cultural. Em relação aos livros, esse processo teve seu ápice com a edição do Decreto n.1.077, de janeiro de 1970, que estabeleceu a censura prévia a livros e periódicos.<sup>2</sup>

Com esse quadro, até meados da década de 1970 houve forte limitação à edição de obras políticas que questionassem, ainda que moderadamente, as ideias e as práticas dos ditadores. Da mesma forma, havia enormes constrangimentos para a edição de autores como Marx, Engels, Lenin, Mao Tsé-tung, Stalin e outros que representassem o pensamento marxista ou socialista.

É a partir de meados dos anos 1970 que ganha corpo um movimento editorial que terá características de oposição ao governo ditatorial, e que tem início juntamente com o processo de distensão política que a cúpula militar no poder se viu na contingência de implementar. Tal movimento relaciona-se também com o grande incremento da indústria editorial brasileira (produção de livros). Um dos segmentos que se destacam nesse crescimento é justamente o dos livros de oposição ao regime civil-militar, que se enquadram no que se pode chamar de literatura<sup>3</sup> política: obras de parlamentares de oposição, depoimentos de exilados e ex-presos políticos, livros-reportagem, memórias, romances políticos, romances-reportagem, livros de denúncias contra o governo, clássicos do pensamento socialista. Esse segmento ganha impulso significativo a partir de 1977-1978, com o retorno à cena pública do movimento estudantil e do movimento

sindical, em particular com as greves no ABC paulista, e o avanço da campanha da anistia.

Ocorreu, então, a partir de meados da década de 1970, um movimento editorial e cultural marcado pela revitalização de editoras com perfil marcadamente político e de oposição ao governo civil-militar iniciado em 1964. Editoras já estabelecidas, como a Civilização Brasileira, a Brasiliense, a Vozes e a Paz e Terra, retomaram uma atuação política mais acentuada, editando livros que tratavam de temas que colocavam em questão a ideologia, os objetivos e os procedimentos do regime de 1964, ou, ainda, cujos autores faziam oposição ao governo. Ao mesmo tempo, novas editoras surgiram com o projeto de publicar livros com claro caráter político. Alguns exemplos são as editoras Alfa-Ômega, Global, Edições Populares, Brasil Debates, Ciências Humanas, Kairós, Hucitec, L&PM, Graal, Codecri, Vega e Livramento, entre outras.

O que caracterizava o conjunto das editoras de oposição era seu perfil e sua linha editorial claramente oposicionistas, sem que isso implicasse que essas empresas tivessem necessariamente vinculações políticas explícitas. O fundamental é que elas deram expressão a iniciativas de oposição. Algumas dessas editoras mantinham vínculos estreitos com organizações políticas. E houve casos, inclusive, de editoras de oposição surgidas nos anos 1970 e 1980 que foram criadas por partidos ou grupos políticos, alguns deles na clandestinidade ou na semiclandestinidade. Dessa forma, as editoras que tinham vinculações com organizações políticas se caracterizavam como editoras de oposição *engajadas*, formando um subgrupo dentro do conjunto mais amplo das editoras de oposição.

Ao mesmo tempo, esse florescimento editorial político também mostra que crescia o mercado para o produto produzido por essas editoras: os livros de oposição. Assim, “As preocupações com o [aspecto] empresarial, com a profissionalização e com a veiculação de conteúdos políticos vão estar um tanto imbricadas nesses anos 70”, e o mercado editorial vê “a oportunidade de abrir campo para as ‘obras de esquerda’”, percebendo que a “literatura ‘política’ passa a ser um excelente negócio no raiar da ‘abertura’” (Holanda; Gonçalves, 1980, p.39, 53).

Em síntese, verifica-se que “Florescia um mercado de oposição à ditadura nas classes médias, que a indústria cultural soube aproveitar a partir do fim dos anos 70, com a abertura do regime civil-militar” (Ridenti, 2000, p.350).

### **Edição política**

Se é certo que muitos livros “transmitiam uma mensagem política e uma visão geral da política” (Darnton, 1998, p.14), seria possível pensar, como Robert Darnton pensou em relação a outro contexto, que eles de certa forma “moldaram a própria realidade e ajudaram a determinar o curso dos acontecimentos”? (ibidem, p.15).

As editoras de oposição – e os livros que publicaram – conformaram o que podemos chamar de *edição política* no país. Ao realizar um trabalho editorial

que vinculava de modo direto engajamento político e ação editorial, essas editoras – e seus editores – atuaram com clara intenção política de intervenção social, tornando-se sujeitos ativos no processo político brasileiro no período final da ditadura.<sup>4</sup>

A existência e o crescimento dessas edições nos permitem pensar na hipótese de que, diante do fechamento dos canais institucionais de participação política e social, como partidos, sindicatos, movimentos políticos, sociais e culturais etc., a atividade editorial, mediante a edição de livros cujo conteúdo se caracterizava pela oposição ao governo da época, passou a ser uma alternativa para aqueles grupos e pessoas que tentavam atuar e influir politicamente de forma pública, mesmo sob um regime ditatorial.<sup>5</sup>

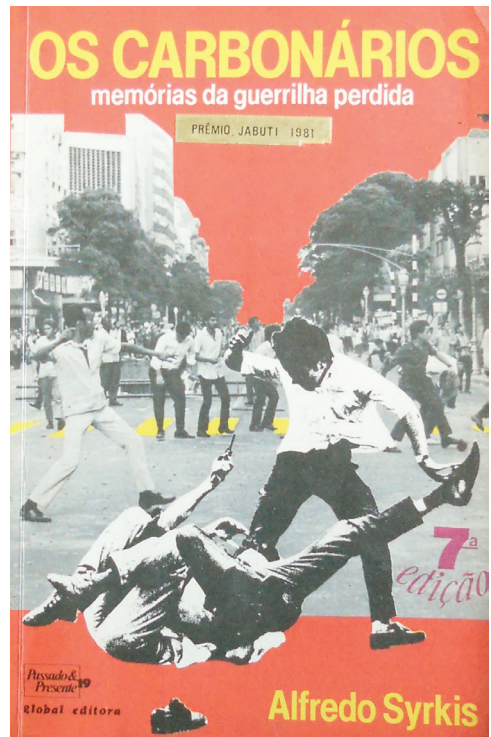
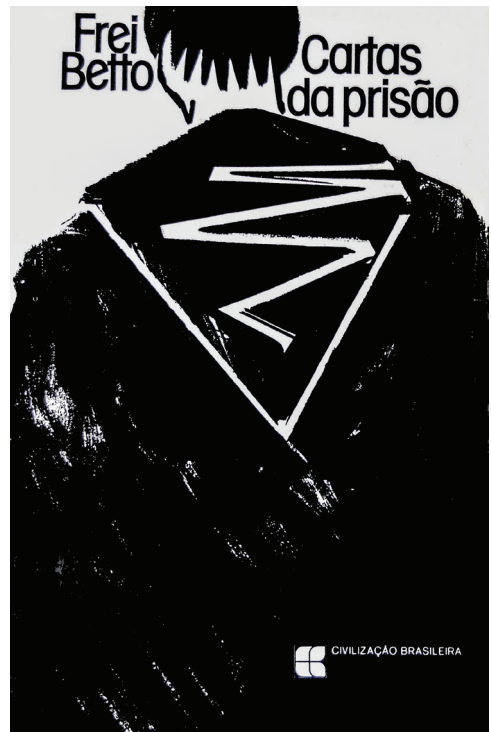
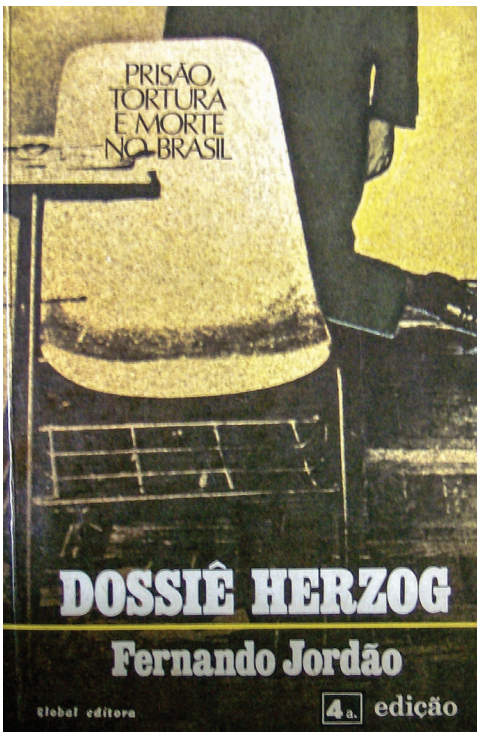
Era uma forma de manter uma atuação política visível, que possibilitasse a aglutinação de pessoas e a divulgação de obras de denúncia e de propostas de transformação da situação existente. Assim, parece que nenhum livro de oposição era apenas um produto editorial e comercial. Ele era uma manifestação política pública, que se dirigia aos formadores de opinião, ou ao menos tinha essa pretensão. É claro que tal projeto, que estava como que impresso em cada página dos livros de oposição, trazia em si as limitações inerentes ao veículo livro, limitações essas relacionadas ao público leitor, à distribuição e ao alcance efetivo dessas obras, a seu impacto real na conjuntura política do país etc.

### **Livros de oposição**

Alguns livros de oposição tiveram ótimos resultados comerciais, ou seja, tornaram-se, em alguns casos, verdadeiros *best-sellers*, em outros, alcançaram bom nível de vendas no quadro do mercado brasileiro, o que pode ser um bom parâmetro para atestar a repercussão do trabalho das editoras que os publicaram. Constatamos que muitos deles apareceram nas listas de livros mais vendidos, principalmente entre os anos 1978 e 1980. A simples menção de alguns desses títulos, extraídos das listas de livros mais vendidos do jornal *Leia Livros* e da revista *Veja* no período,<sup>6</sup> e de seus autores, não deixa dúvida sobre o seu caráter oposicionista.

Assim, por exemplo, livros de memórias de ex-presos políticos ou ex-exilados tiveram a partir de 1979 grande êxito, sendo o de maior destaque *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira (Codecri, 1979), que esteve entre os mais vendidos por três anos, de 1979 a 1981. Destacaram-se também *O crepúsculo do macho*, do mesmo Gabeira (Codecri, 1980); *Memórias, 1ª. parte*, de Gregório Bezerra (Civilização Brasileira, 1979); *Querida família*, de Flávia Schilling (Coojornal, 1979); *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*, de Alfredo Sirkis (Global, 1980); e *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*, de Frei Betto (Civilização Brasileira, 1982).

Também livros de denúncia sobre a ditadura e seus desmandos e violências estiveram entre os mais vendidos desde 1978: *A ditadura dos cartéis*, de Kurt Mirow (Civilização Brasileira, 1978), *A sangue-quente: a morte do jornalista*



*Capas de obras de editoras com perfil editorial de oposição ao governo ditatorial.*

Vladimir Herzog, de Hamilton Almeida Filho (Alfa-Ômega, 1978); *Opinião x censura*: momentos da luta de um jornal pela liberdade, de J. A. Pinheiro Machado (1978); *Dossiê Herzog*: prisão, tortura e morte no Brasil, de Fernando Pacheco Jordão (Global, 1979); *Tortura*: a história da repressão política no Brasil, de Antonio Carlos Fon (Global, 1979); *Guerra de guerrilhas no Brasil*, Fernando Portela (Global, 1979); *Projeto Jari*: a invasão americana, de Jaime Sautchuk (Brasil Debates, 1980); e *O massacre dos posseiros*, Ricardo Kotscho (Brasiliense, 1982).

Destacaram-se ainda obras sobre militantes importantes da oposição – como *Lamarca, o capitão da guerrilha*, de Emiliano José e Oldack Miranda (Global, 1980); e *Prestes: lutas e autocríticas*, de D. Moraes e F. Viana (Vozes, 1982) – ou sobre temas que a ditadura considerava tabus, como a Revolução Cubana. Esse tema, aliás, foi um dos que tiveram mais títulos de sucesso, desde o pioneiro *A Ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro*, de Fernando Morais (Alfa-Ômega, 1976), que esteve até 1978 nas listas dos mais vendidos. Outros títulos de sucesso nessa linha foram: *Cuba de Fidel*, de Ignácio de Loyola Brandão (Cultura, 1978); *Cuba hoje: 20 anos de revolução*, de Jorge Escosteguy (Alfa-Ômega, 1979); *A história me absolverá*, de Fidel Castro (Alfa-Ômega, 1979); *Da guerrilha ao socialismo*: a revolução cubana, de Florestan Fernandes (T. A. Queiroz, 1980); *Revolução cubana*, de Che Guevara (Edições Populares, 1980); e *Diário*, de Che Guevara (Centro Editorial Latino-Americano, 1980).

### **Editoras de oposição**

As editoras que tinham perfil nitidamente político e ideológico de oposição ao governo civil-militar, com reflexos diretos em sua linha editorial e nos títulos publicados – ou seja, uniam ação editorial e engajamento político –, são as que chamo de *editoras de oposição*, cuja definição se dá, de um lado, por razões de fundo político-ideológico, e, de outro, por sua atuação editorial efetiva de oposição no período estudado.

Cabe lembrar que assim como a oposição ao regime civil-militar agregou diversos setores políticos e ideológicos, como liberais, nacionalistas, dissidentes do governo, comunistas, socialistas etc., também as editoras de oposição tiveram perfil eclético. Assim, editora de oposição não é necessariamente sinônimo de editora de esquerda, embora aquelas vinculadas às diversas tendências da esquerda formassem a maior parte desse universo.<sup>7</sup>

As editoras de oposição eram de vários tipos e tamanhos, e tinham histórias bem distintas. De acordo com o levantamento que realizei sobre as editoras de oposição em atuação no país a partir do início dos anos 1970 e até meados dos anos 1980, existiram pelo menos 40 editoras com esse perfil. A maior parte delas foi criada nos anos 1970.<sup>8</sup>

Apresento a seguir um pequeno histórico da trajetória de algumas editoras de oposição de destaque, de modo a fornecer um breve panorama da atuação dessas editoras e da sua diversidade.

**Alfa-Ômega** – Criada por Fernando Mangarielo, em sociedade com sua esposa, Claudete Mangarielo, em janeiro de 1973, em São Paulo. Foi uma das mais atuantes nos anos 1970 e 1980. Tinha certa afinidade política com o PCB, mas não era uma editora partidária. Tinha entre seus colaboradores alguns professores da USP, como Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa e José Sebastião Witter.<sup>9</sup> Seu catálogo de obras de oposição é muito grande. Publicou um dos maiores *best-sellers* entre os livros de oposição, *A ilha (um repórter brasileiro no país de Fidel Castro)*, de Fernando Moraes, lançado em 1976, que foi o primeiro livro de oposição a alcançar grande sucesso de vendas. Lançou também, em 1977, um dos primeiros romances a falar da guerrilha urbana no Brasil, *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós, que causou a prisão do autor. Inicialmente caracterizava-se por editar obras acadêmicas de ciências humanas de autores renomados, como Sérgio Buarque de Holanda, Barbosa Lima Sobrinho, Florestan Fernandes, Afonso Arinos e Sedi Hirano, entre outros. Depois passou também a editar literatura nacional, livros-reportagem e clássicos do socialismo, como as obras escolhidas de Marx e Engels, Lenin e Mao Tsé-tung.

**Brasiliense** – Fundada em 1943, em São Paulo, por Caio Prado Jr., Monteiro Lobato e Artur Neves “como desdobramento do projeto de publicar livros do Partido Comunista do Brasil (PCB)” (Galúcio, 2009, p.173). Desde o início de suas atividades publicou obras e revistas com clara conotação de esquerda. Foi talvez a mais destacada editora brasileira do final dos anos 1970 e início dos 1980, sob a direção de Caio Graco Prado (filho de Caio Prado Jr.). Teve forte atuação política, seja por meio de seus títulos, seja por iniciativas envolvendo seus autores, como lançamentos de livros em praça pública. Nos anos 1980, a coleção Primeiros Passos foi um marco no mercado editorial brasileiro ao publicar textos acessíveis, de qualidade e a preços baixos sobre uma infinidade de temas (Hallewell, 2012, p.411-12). Após a morte de Caio Graco, em 1992, entrou em crise financeira, editorial e administrativa por vários anos. Continua em atividade.

**Civilização Brasileira** – Segundo Hallewell (2012, p.398), Octalles Marcondes Ferreira adquiriu a Civilização Brasileira em 1932 de Getúlio M. Costa, que a fundara em 1929.<sup>10</sup> Todavia, somente a partir da década de 1950 a editora começou a conformar “um centro de intelectuais progressistas” (Galúcio, 2009, p.118). Foi das mais conceituadas e representativas editoras brasileiras, principalmente enquanto esteve sob a direção de Ênio Silveira, militante do PCB e um dos mais importantes editores do país em todos os tempos. Publicou grandes nomes da literatura internacional – muitas vezes em sua primeira edição no país – e uma ampla gama de livros de ciências humanas e de intervenção política, em geral alinhados com o pensamento progressista. Sofreu perseguições por parte do governo civil-militar nos anos 1960 e 1970, que levaram à quebra da editora e à sua venda. Publicou no início dos anos 1960 os lendários *Cadernos do Povo Brasileiro* e, após o golpe de 1964, a *Revista da Civilização Brasileira*, retomada no final dos anos 1970 como *Encontros com a Civilização Brasileira*. Atualmente pertence ao grupo editorial Record.

**Codecri** – Empresa criada em 1972, no Rio de Janeiro, pelos proprietários do jornal *O Pasquim*, um dos mais destacados da imprensa alternativa brasileira. Passou também a editar livros – no começo utilizando material publicado no próprio jornal – e acabou por se tornar uma das mais atuantes editoras do país no final dos anos 1970 (Braga, 1991, p.50-1). Era inicialmente dirigida por Alfredo Gonçalves Manso e tinha Jeferson de Andrade como editor de livros (Hallewell, 2012, p.660). Foi marcada por grandes sucessos de venda, como o livro *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira, e também por má gestão administrativa, que levou à sua venda em 1984 (Ibidem). Editou literatura brasileira e obras de cunho político, particularmente memórias e denúncias sobre o período da ditadura militar.

**Duas Cidades** – Livraria e editora fundada em São Paulo, em 1954, por frei Benevenuto de Santa Cruz (José Petronilo de Santa Cruz), da Ordem dos Dominicanos. “Foi ele quem, com a devida licença de seus então superiores, fez o plano, escolheu o nome, deu a orientação, arranjou dinheiro, constituiu a firma, encontrou o local” (Candido, 1987). Inicialmente, a editora visava divulgar publicações católicas, inspiradas pelo Movimento Economia e Humanismo, fundado pelo padre francês Louis J. Leuret (Cypriano, 2000). No final dos anos 1960 um grupo de frades dominicanos aproximou-se da Ação Libertadora Nacional (ALN), grupo comunista que buscava derrubar a ditadura por meio de ações armadas e cujo líder era Carlos Marighella, considerado o principal líder da subversão pelos militares no poder. O seu assassinato, em novembro de 1969, ocorreu após a repressão identificar e prender alguns dos frades que apoiavam a ALN e mantinham contatos com Marighella, um dos quais era funcionário da Duas Cidades. A livraria caracterizou-se pela importação de obras e tornou-se um ponto de encontro de intelectuais. De acordo com a filósofa Marilena Chauí, “além de possuir livros de qualidade, a livraria tornou-se um dos raros espaços de liberdade para discussão no tempo da ditadura” (ibidem). A Duas Cidades publicou obras de Antonio Candido, Roberto Schwarz, Roland Corbisier, Luiz Pereira, Rogério César de Cerqueira Leite e Severo Gomes, entre outros. A livraria fechou as portas em 2006 e a editora continua em atividade.

**Global** – Editora paulista fundada em outubro de 1973 por Luiz Alves, foi uma das mais atuantes no final dos anos 1970, tendo publicado numerosos títulos de cunho político, em particular clássicos do pensamento socialista. Criada por Luiz Alves, a editora surgiu como decorrência do trabalho da distribuidora de livros Farmalivros, da qual Alves era o responsável pela área de marketing. A partir de 1976, com a concordata da Farmalivros e a admissão do livreiro, editor e militante socialista moçambicano José Carlos Venâncio na área editorial, a Global passa a ter uma linha marcadamente política e de esquerda. “Ele foi o introdutor dessa nova gestão de edições da Global, foi o ideólogo disso tudo”, afirma Alves.<sup>11</sup> Venâncio tornou-se sócio da editora. Na época ele tinha 30 anos,

trabalhara na editora D. Quixote, em Portugal, e fora livreiro em Moçambique, além de membro da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). De acordo com Venâncio, a nova linha da Global se ligava a um projeto político para o Brasil. “Eu tinha uma militância terceiro-mundista e sentia que aquele era o momento não só para testar a anunciada abertura política, mas principalmente para franquear aos leitores a história verdadeira que lhes era até então sonhada”, lembra Venâncio.<sup>12</sup> A Global vinculava-se, ainda que de modo discreto, ao trabalhismo brizolista. A editora continua em plena atividade, e ainda sob a batuta de Luiz Alves. Mas sua linha editorial mudou. Hoje edita principalmente literatura, livros infanto-juvenis e obras destinadas às escolas públicas. Venâncio, depois de passagens pela política, continua também na área editorial, como proprietário das editoras Ground e Aquariana.<sup>13</sup>

**L&PM** – Fundada em 1974, em Porto Alegre, por Ivan Pinheiro Machado e Paulo Lima, teve inicialmente o nome Lima & Pinheiro Machado Editores, passando pouco depois a ser denominada de L&PM. Começou editando as tiras em quadrinho do personagem Rango, de Edgar Vasquez (Machado; Salaini, 2010). Editou livros de parlamentares de oposição, como Paulo Brossard e Pedro Simon, e outros de crítica à ditadura militar, além de autores como Millôr Fernandes, Mario Quintana, Eduardo Galeano, Moacyr Scliar, Josué Guimarães e Luis Fernando Verissimo. A editora permanece em atuação e expandiu-se desde o começo dos anos 2000, quando se especializou em livros de bolso, com a coleção L&PM Pocket, que somente entre 2002 e 2010 editou mais de mil títulos e teria vendido mais de 30 milhões de exemplares (ibidem).

**Marco Zero** – Fundada em São Paulo, em 1980, pela escritora Maria José da Silveira e por Felipe Lindoso. Poucos meses depois, o escritor Márcio Souza se associou à editora. Os três haviam sido militantes da Ala Vermelha, organização de esquerda que defendeu a luta armada no final dos anos 1960. “Mas a organização não teve nada a ver com a fundação da editora. Era um projeto pessoal, construído inclusive com o apoio de familiares da Maria José”, esclarece Felipe Lindoso.<sup>14</sup> “Queríamos editar bons livros, tanto de ficção quanto de não ficção”, diz ele. A editora tinha propósitos políticos quando surgiu: “Logo de início publicamos o livro *As lutas camponesas no Brasil: 1980*, organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag). Publicamos uma extensa lista de ensaios a partir da posição de esquerda, sobre luta armada, sindicatos, depoimento de militantes políticos, a crise do socialismo na Europa. Romances de autores cubanos e de várias vanguardas. Isso tudo fazia parte de uma vontade de intervenção política, sim”, conta Lindoso. “O que nos movia, nessa área política, era a discussão dos impasses e alternativas da esquerda naquele período do final da ditadura.” Até 1997 a editora se manteve com os sócios originais. Foi quando dificuldades de capital de giro levaram a uma associação com a Editora Nobel, e ao fim do projeto original da Marco Zero. A editora continua em atividade como um selo do grupo Nobel.



**Paz e Terra** – Fundada em 1966 por Ênio Silveira, proprietário da Civilização Brasileira, e Moacyr Félix. Seu objetivo era “divulgar ideias ecumênicas progressistas” (Paixão, 1996, p.166). Colaborou para divulgar a Teologia da Libertação no Brasil. Principalmente a partir do momento em que foi comprada, em 1975, pelo empresário Fernando Gasparian (proprietário do jornal alternativo *Opinião*), a Paz e Terra passou a ser uma das mais importantes editoras de livros políticos de oposição do país. Era ligada a setores da oposição nacionalista e liberal ao regime civil-militar atuantes no MDB. Posteriormente, nos anos 1980, seu proprietário foi deputado constituinte pelo PMDB. Editou dezenas de obras de ciências humanas de autores nacionais e estrangeiros, além de vários livros de parlamentares de oposição, como Marcos Freire e Alencar Furtado.

**Vozes** – Centenária editora (fundada em 1901) ligada à Igreja Católica brasileira (Ordem dos Franciscanos). A partir do final dos anos 1960, com frei Ludovico Gomes de Castro como diretor geral e Rose Marie Muraro e Leonardo Boff na área editorial, inicia o lançamento de uma série de obras leigas, com autores como Nelson Werneck Sodré, Octavio Ianni, Darcy Ribeiro, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes e Muniz Sodré, além de estrangeiros como Michel Foucault, Jean Piaget, Noam Chomsky, Paul Ricouer e René Dreifuss, entre outros (Andrades, 2001, p.126-67). Além disso, publicou pioneira literatura feminista. Nos anos 1970 e 1980, “foram publicadas inúmeras obras denunciando as atrocidades cometidas pela ditadura militar” (ibidem, p.154), das quais a mais importante foi, em 1985, o livro *Brasil: nunca mais*, que registrava de modo documentado, e a partir de fontes oficiais, as torturas ocorridas durante a ditadura contra presos políticos. Nos anos 1990 voltou a ter importante produção na área política, particularmente com a publicação da coleção “Zero à Esquerda”, dirigida por Paulo Arantes e Iná Camargo da Costa (ibidem, p.204).

**Zahar Editores** – Criada em 1956 por Jorge Zahar e por seu irmão Ernesto, no Rio de Janeiro. Desde o início se destacou na publicação de livros universitários, principalmente de ciências sociais, com ênfase para autores marxistas (Ferreira, 2001, p.17). Jorge e Ernesto Zahar eram homens de esquerda, mas a linha editorial da Zahar não era definida somente “pela orientação política de seus editores, mas pelo foco no público da área de ciências sociais, um nicho de mercado em expansão nos anos 1950 e 1960” (Pereira, 2010, p.179). Na década de 1960 e até o começo dos anos 1970, a Zahar destacou-se na edição de obras de ciências humanas, principalmente com a tradução de autores estrangeiros. Em 1973, os dois irmãos se associaram à editora Guanabara e ao grupo Delta. Nesse mesmo ano houve o fim da sociedade entre Ernesto e Jorge Zahar, o primeiro tendo retornado ao trabalho como livreiro e o segundo permanecendo à frente da editora, na qual manteve a edição ou reedição de muitas obras relacionadas ao pensamento socialista. Em 1985 ele fundou a Jorge Zahar Editor, com os filhos Ana Cristina e Jorge Zahar Júnior (Hallewell, 2012, p.735-6).



Foto Leonardo Castro / Arquivo Agência Estado - 22/08/1990

*O editor Caio Graco Prado, da editora Brasiliense, na 11ª Bienal do Livro de São Paulo.*

### **Breves considerações**

É interessante destacar que muitos livros de oposição lançados pelas editoras de oposição tiveram sucesso comercial no período estudado, tornando-se *best-sellers*, aparecendo nas listas dos livros mais vendidos publicadas pela imprensa, influenciando o debate político e divulgando questões relativas ao período ditatorial que chegava ao fim nos primeiros anos da década de 1980.

Algumas editoras de oposição chegaram a ter participação significativa no mercado editorial, como a Global, a Vozes, a Paz e Terra e a Brasiliense. Tudo isso mostra que a atuação dessas editoras teve repercussão pública significativa, cumprindo um dos principais objetivos a que elas se propunham, qual seja, o de atuar abertamente na oposição ao regime civil-militar e ser um canal para setores insatisfeitos com ele.

De forma até certo ponto paradoxal, não foram muitos os casos de censura a livros, ou recolhimento de edições, entre as editoras de oposição. Certamente o caso em que houve uma maior perseguição foi o da Civilização Brasileira, mas, pelo menos a partir de meados dos anos 1970, essa se deu por meios administrativos e econômicos e não diretamente pela censura. Mas isso não significa que muitos livros não tenham sido censurados; ao contrário, pesquisa de Sandra Reimão (2011) mostrou que foram mais de 300 títulos vetados entre 1970 e 1982 pelo Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP), em boa parte dos casos por serem considerados ofensivos à moral e aos bons costumes. Mas foram também numerosos os livros de cunho político vítimas de censura no período.

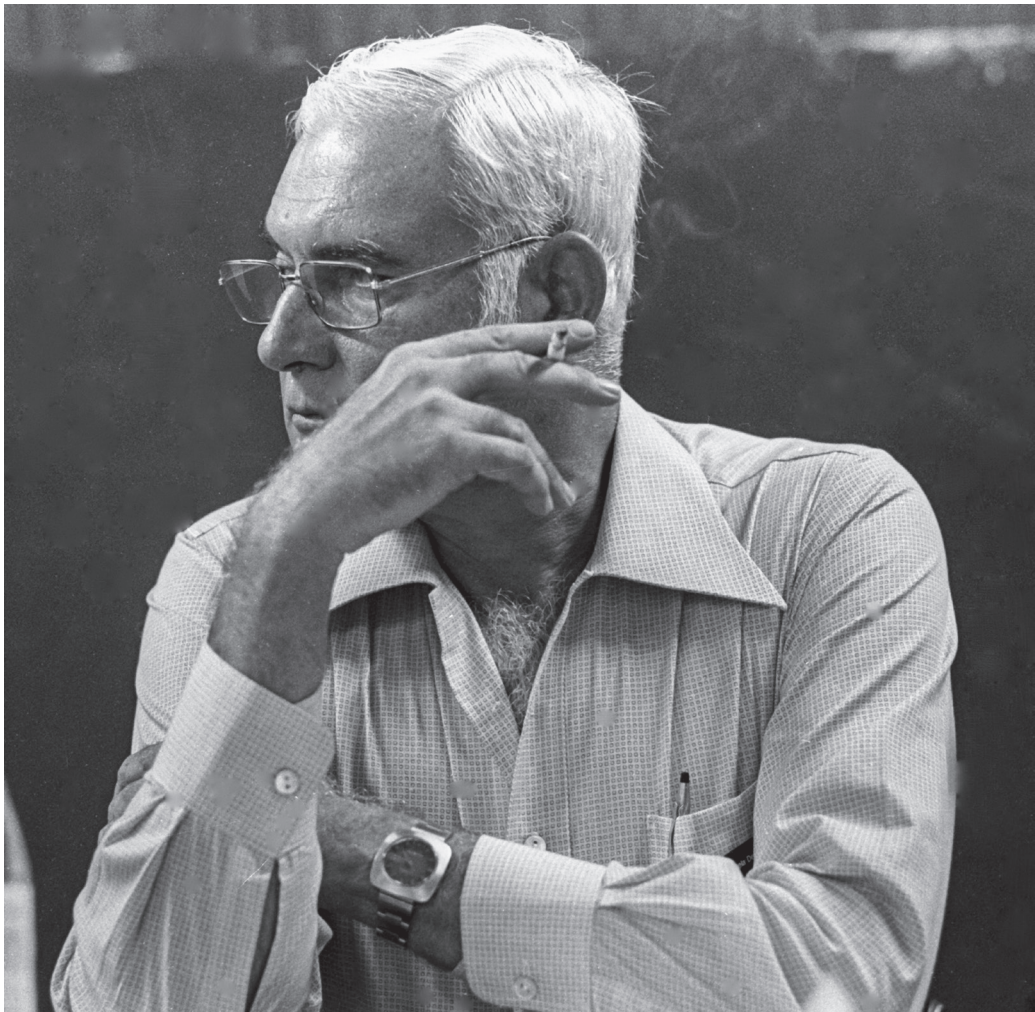


Foto Arquivo / Agência O Globo - 08/12/1978

*O editor Ênio Silveira, da editora Civilização Brasileira, em evento no Rio no final de 1970.*

O que considero importante destacar aqui é a boa repercussão pública dos livros de oposição no período estudado, a maior parte dos quais publicados pelas editoras de oposição, contrastando, de certa forma, com o período ditatorial em que o país ainda vivia, e mostrando também que a oposição já conseguia ocupar espaços mais amplos no cenário público.

É nesse sentido que podemos demarcar a importância da atuação das editoras de oposição, ou seja, elas representaram um canal de expressão e organização para setores da oposição que buscavam formas de atuar politicamente, mesmo com os constrangimentos e limitações que a ditadura impunha à participação política e à denúncia do autoritarismo no Brasil.

#### Notas

1 Este artigo se baseia na pesquisa publicada na obra de minha autoria *Livros contra a ditadura: Editoras de oposição no Brasil, 1974-1984* (Maués, 2013a).

- 2 Para mais detalhes sobre a evolução da censura desde o golpe e até o AI-5, ver Reimão (2011).
- 3 Literatura aqui tem o sentido de “conjunto das obras científicas, filosóficas etc., sobre um determinado assunto, matéria ou questão; bibliografia”, conforme o Dicionário Houaiss.
- 4 A ideia de edição política foi desenvolvida particularmente por alguns autores europeus, como Jean-Yves Mollier (2006), Anne Simonin (1994), Julien Hage (2006, 2010a, 2010b) e François Valloton (2007).
- 5 Essa ideia se baseia em grande medida na obra de Bernardo Kucinski (2013), *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*, na qual o autor analisa a história e o papel da “imprensa nanica”, ou “imprensa alternativa”, no Brasil nos anos 1970.
- 6 Pesquisa própria na coleção do jornal *Leia Livros* entre 1978 e 1984. Para as informações das listas da revista *Veja*, utilizei os dados levantados em Reimão (1996, p.70).
- 7 É importante destacar que também havia livros de oposição publicados por editoras que não podem ser consideradas editoras de oposição, ou seja, algumas editoras que não tinham características políticas de oposição eventualmente editaram obras com esse caráter, seja por motivações comerciais, seja por outras motivações. Nesses casos, não considero que essas sejam editoras de oposição.
- 8 Como tomei por parâmetro temporal a década de 1970 e parte da de 1980, ou seja, o período já posterior ao AI-5, algumas editoras que tiveram importante atuação na edição de obras políticas nos anos 1960 não aparecem em meu levantamento, tais como as editoras Saga, Fulgor, Felman-Rego, José Álvaro Editor, Laemmert, GRD, entre outras.
- 9 Entrevistas com Fernando Mangarielo realizadas nos dias 15 de maio e 19 de junho de 2013 por Sandra Reimão, Flamarion Maués e João Elias Nery.
- 10 Andrea Galucio dá mais informações sobre a criação da editora, com alguns detalhes diferentes daqueles descritos por Hallewell (Galúcio, 2009, p.118-25).
- 11 Entrevista com Luiz Alves em 4 de agosto de 2004, em São Paulo.
- 12 Entrevista com José Carlos Venâncio em 17 de janeiro de 2007, em São Paulo.
- 13 Mais informações sobre a história da editora Global podem ser encontradas em Maués (2009).
- 14 Mensagem eletrônica de Felipe Lindoso recebida em 24 de agosto de 2013. Todas as declarações de Lindoso provêm dessa mensagem.

## Referências

- ANDRADES, M. F. de. *Editora Vozes: 100 anos de história*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BRAGA, J. L. *O Pasquim e os anos 70: mais para epa que para oba...* Brasília: Editora UnB, 1991.
- CANDIDO, A. Um caso triste. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 25.12.1987, p.A-28.
- CYPRIANO, F. Editora e livreria é marco na história cultural de São Paulo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 29.4.2000.
- DARNTON, R. *Os best-sellers proibidos da França revolucionária*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

- FERREIRA, J. P. (Org.) *Jorge Zahar*. São Paulo: Com-Arte/Edusp, 2001. (Coleção Editando o Editor, v.5)
- GALÚCIO, A. L. X. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.
- HAGE, J. François Maspero, éditeur partisan. *Contretemps*, 15. 2006. Disponível em: <<http://www.contretemps.eu/sites/default/files/Contretemps%2015.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2012.
- \_\_\_\_\_. Feltrinelli, Maspero, Wagenbach: une nouvelle génération d'éditeurs politiques d'extrême gauche en Europe Occidentale 1955-1982. 2010. Thèse (Doctorat en Histoire Contemporaine) – Université de Versailles Saint-Quentin-En-Yvelines Bâtiment D'Alembert, 2010a.
- \_\_\_\_\_. Collections politiques et effets de sens: Littérature et politique dans les nouvelles maisons d'édition politique d'extrême gauche au cours des années 1960 et 1970. *Cahiers du CRHQ*, v.2, 2010b. Disponível em: <<http://www.crhq.cnrs.fr/cahiers/page-article.php?num=313&ch=7>>. Acesso em: 17 out. 2012.
- HALLEWELL, L. *O livro no Brasil* (Sua história). São Paulo: Edusp, 2012.
- HOLANDA, H. B.; GONÇALVES, M. A. Política e literatura: a ficção da realidade brasileira. In: FREITAS FILHO, A. *Anos 70. Literatura*. Rio de Janeiro: Editora Europa, 1980.
- KUCINSKI, B. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003.
- MACHADO, R. P.; SALAINI, C. J.. Coleção L&PM Pocket: desafios do mercado editorial brasileiro. 2010. Disponível em: <<http://www.espm.br/Publicacoes/CentralDeCases/Documents/LPM.pdf>>. Acesso: maio 2012.
- MAUÉS, F. A tortura denunciada sem meias palavras: um livro expõe o aparelho repressivo da ditadura. In: SANTOS, C. M.; TELES, E. L. de A.; TELES, J. de A. (Org.) *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009. v.1, p.110-34.
- \_\_\_\_\_. *Livros contra a ditadura: Editoras de oposição no Brasil, 1974-1984*. São Paulo: Publisher, 2013a.
- \_\_\_\_\_. A Editorial Vitória e a divulgação das ideias comunistas no Brasil. In: DEAECTO, M. M.; MOLLIER, J.-Y. (Org.) *Edição e revolução: Leituras comunistas no Brasil e na França*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora UFMG; Ateliê, 2013b. p.121-52.
- MOLLIER, J.-Y. Quando o impresso se torna uma arma no combate político: a França do século XV ao século XX. In: MOLLIER, J.-Y.; DUTRA, E. F. (Org.) *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. p.259-74.
- PAIXÃO, F. (Coord.) *Momentos do livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- PEREIRA, L. L. C. *A lista negra dos livros vermelhos: uma análise etnográfica dos livros apreendidos pela polícia política no Rio de Janeiro*. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

- REIMÃO, S. *Mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2011.
- RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SIMONIN, A. *Les éditions de Minuit, 1942-1955. Le devoir d'insoumission*. Paris: IMEC Éditions, 1994.
- VALLOTON, F. Edition et militantisme: le catalogue de 'La Cité: Editeur' (1958-1967). In: *Livre et militantisme. La Cité Editeur, 1958-1967*. Org. Léonard Burnand, Damien Carron e Pierre Jeanneret. Lausanne: Editions d'en Bas, 2007.

*RESUMO* – O período da abertura política no Brasil (1974-1985) foi marcado, no campo da edição de livros, pelo surgimento ou revitalização de “editoras de oposição”, ou seja, editoras com perfil nitidamente político e ideológico de oposição ao governo ditatorial. Compunham um universo que englobava desde editoras já estabelecidas, como Civilização Brasileira, Brasiliense, Vozes e Paz e Terra, até as surgidas naquele período, como Alfa-Ômega, Global, Codecri, Brasil Debates, Ciências Humanas, Kairós, Livramento, Vega, entre outras. Algumas dessas editoras mantinham vínculos estreitos com partidos ou grupos políticos oposicionistas, caracterizando-se como editoras de oposição *engajadas*; outras não estabeleciam vinculações políticas orgânicas ou explícitas mas, por seu perfil e linha editorial, representaram iniciativas políticas de oposição. Minha hipótese é de que o surgimento ou a revitalização das editoras de oposição no período em foco, em particular as que classifico como *engajadas*, teve como motor principal os objetivos políticos a que elas visavam.

*PALAVRAS-CHAVE*: Editoras de oposição, Edição e política, Oposição à ditadura.

*ABSTRACT* – The period of political opening in Brazil (1974-1985) was highlighted, in the field of books publishing, by the founding or revitalization of “oppositional publishers” – publishers with a unmistakable political and ideological profile in opposition to the dictatorial government. They comprised an universe that ranged from well-established publishers – as Civilização Brasileira, Brasiliense, Vozes and Paz e Terra – to others born in that same moment - Alfa-Ômega, Global, Codecri, Brasil Debates, Ciências Humanas, Kairós, Livramento, Vega, among others. Some of those publishers had very strict links with oppositional parties and groups, and could be well defined as activist / oppositional publishers; others didn't set up organic or explicit political links but, because of their profile and editorial policy, epitomized oppositional political initiatives. My hypothesis is that the founding or revitalization of “oppositional publishers” in the period on focus, particularly the ones I classify as “activists”, had as its main engine the political aims that they looked for.

*KEYWORDS*: Oppositional publishers, Publishing and politics, Opposition to the dictatorship.

*Flamarion Maués* é doutor e mestre em História pela USP. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). @ – flamaues@gmail.com

Recebido em 7.2.2014 e aceito em 21.2.2014.

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, Brasil.